

(Re)existências econômicas em territórios demarcados pela mineração: protagonismo, autonomia e centralidade nas práticas coletivas da população quilombola de Ribeirão, Brumadinho – Minas Gerais

Amanda Ribeiro Carolino¹

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio²

Ilka Boaventura Leite³

RESUMO

O presente estudo tem como foco apresentar o caso de uma comunidade quilombola localizada no município de Brumadinho que vêm criando modelos alternativos para geração de emprego e renda após o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão no ano de 2019. O acesso à realidade estudada se deu via extensão universitária, por meio de um projeto vinculado à Pró -Reitoria de Extensão da PUC Minas. O método utilizado foi a História Oral com o objetivo de acessar as narrativas dos quilombolas historicamente silenciadas, e compreender as riquezas e potencialidades existentes nos modos de ser e existir desse grupo. Por meio da organização comunitária esse grupo com histórico de marginalização e exclusão social, vêm superando essa realidade e ocupando espaços de destaque e resistência frente a diferentes formas de opressão.

Palavras-chave: quilombolas; Brumadinho; extensão; alternativas econômicas.

Economic (re)existences in territories demarcated by mining: rotagonism, autonomy and centrality in the collective practices of the quilombola population of Ribeirão, Brumadinho – Minas Gerais

ABSTRACT

The present study focuses on presenting the case of a *quilombola* community located in the municipality of Brumadinho that has been creating alternative models for generating employment and income after the collapse of the Mina Córrego do Feijão dam in 2019. Access to the reality studied is via university extension, through a project linked to the Dean of Extension at PUC Minas. The method used was Oral History with the aim of accessing the narratives of the historically silenced quilombolas, and understanding the richness and potential existing in the ways of being and existing of this group. Through community organization, this group with a history of marginalization and social exclusion has been overcoming this reality and occupying spaces of prominence and resistance in the face of different forms of oppression.

Keywords: quilombolas; Brumadinho; extension; economic alternatives .

1 INTRODUÇÃO

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Programa de Pós-Graduação em Administração - (PPGA / PUC Minas).

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Programa de Pós-Graduação em Administração - (PPGA / PUC Minas).

³ Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento de Antropologia.

Territórios demarcados pela mineração são conhecidos popularmente como “minero-dependentes” uma vez que sua economia gira em torno das atividades minerárias. Na atual conjuntura socioeconômica dos territórios demarcados pela mineração, têm sido necessário a criação de novos arranjos econômicos orientados a sanar as demandas advindas das comunidades localizadas nestes espaços. As atividades minerárias causam impactos severos na dinâmica ambiental e social dos territórios a partir do extrativismo operacionalizado pelos grandes empreendimentos minerários. Um dos impactos de maior proporção sobre o cotidiano das comunidades locais diz respeito às modificações na paisagem e alteração na disponibilidade de recursos naturais, logo, a extração mineral tende a interferir negativamente no microclima, fauna, flora, e na dinâmica hidrológica do território (Milanez, 2017).

No contexto do município de Brumadinho, o mesmo está localizado na região do quadrilátero ferrífero que se encontra inserido na região centro-sul do Estado de Minas Gerais. De acordo com Ruchkys (2007), essa denominação é devido a região ser rica em jazidas de minério de ferro em uma área que se assemelha a forma de um quadrado. Em termos geológicos, é uma das maiores províncias minerais do globo. Grande parte das cidades localizadas nessa região, são dependentes economicamente da atividade minerária, isso eleva a arrecadação econômica dos municípios, entretanto propicia o aumento das desigualdades entre os grupos minoritários locais, bem como o cenário de risco frente às condições estruturais das barragens de rejeitos da mineração.

No ano de 2019, houve o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, Minas Gerais. Desde então a PUC Minas através da Pró-Reitoria de Extensão Universitária iniciou a implementação de projetos de extensão destinados a desenvolver ações junto às comunidades atingidas pelo evento do dia 25 de janeiro de 2019. Com base nesse contexto, o presente estudo tem como foco apresentar as iniciativas criadas pela comunidade quilombola de Ribeirão em Brumadinho, destinadas à geração de emprego e renda no território. Os diagnósticos das iniciativas locais ocorreram a partir de ações extensionistas do projeto de extensão “Universidade Aberta” da PROEX – PUC Minas, que desencadeou uma pesquisa de mestrado defendida em 2023 pela primeira autora deste estudo.

Os grupos quilombolas de Brumadinho são um dos que mais sofrem com os impactos das desigualdades sociais, ambientais e econômicas no município, estando situados em uma condição de vulnerabilidade no contexto local. A cidade de Brumadinho apresenta um histórico processo de racismo ambiental e extrativismo físico e epistêmico orientado às comunidades tradicionais, que ganhou maiores proporções após a tragédia-crime de 2019, quando houve o rompimento da barragem. Diante dessa realidade, coube ao presente estudo responder a

seguinte questão: como a comunidade quilombola de Ribeirão em Brumadinho se organiza para superar o quadro de exclusão socioeconômica dentro do território?

Com o propósito de trazer os atores locais para o universo da pesquisa, foram adotadas ferramentas metodológicas participativas apoiadas ao método de história oral como forma de valorizar e colocar em evidência as narrativas locais, e o compartilhamento de saberes. Alves (2014) considera que a universidade se democratiza através da extensão ao promover a aproximação de saberes, transformando esta, a qual é uma instituição que historicamente evita o encontro regular com a sociedade, principalmente os setores mais vulneráveis da sociedade brasileira, que são historicamente excluídos do acesso ao ensino superior.

Através das vivências juntos aos quilombolas de Ribeirão, percebemos que a comunidade vem criando diferentes formas de se organizar socialmente no intuito de reverter seu quadro de exclusão socioespacial. Contudo, as iniciativas mais evidentes são referentes à criação de atividades orientadas à geração de emprego e renda por parte do grupo quilombola. Tais iniciativas buscam gerar empregabilidade para os moradores do quilombo, e fomentar o senso de identidade e pertencimento dos mesmos quanto ao resgate da ancestralidade, saberes e memória histórica do lugar, rompendo com o paradigma do território quilombola enquanto espaço de múltiplas mazelas e vulnerabilidades.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Brumadinho: a minero-dependência e a violação de direitos

A “minério-dependência” pode ser considerada como a situação na qual os territórios em que há atividades de mineração possuem suas respectivas estruturas comerciais e econômicas sustentadas a partir dessa atividade extrativa. Grande parte dos territórios minerários possuem uma relação de subordinação, em que todas as decisões locais passam a ser dirigidas por centros políticos externos, caracterizados por empresas multinacionais mineradoras e/ou mercados de commodities minerais (Coelho, 2018). Todas as atividades são orientadas a suprir as necessidades no mercado nacional e internacional, sem levar em consideração os interesses e reivindicações dos trabalhadores do setor minerário e moradores das comunidades locais.

Coelho (2018) salienta que a dependência dos municípios em relação à mineração, como é o caso de muitos territórios da América Latina, não diz respeito apenas à questão econômica, mas, deve ser entendida também como uma dependência sociológica. “Isso porque a

concentração dos empregos formais locais no setor extrativo mineral e os níveis salariais acima da média regional, por se tratar de modo geral de regiões com baixo nível de renda, compelem a população a desejar um posto de trabalho no setor, mesmo que os postos ocupados por esta mão de obra local, seja nos setores de limpeza, construção e manutenção, apresentam piores condições de trabalho, menores salários e menor necessidade de qualificação” (Coelho, 2018, p. 14).

Gasda (2017) chama atenção para o fato de que uma das lógicas do capitalismo neoliberal é a conversão do trabalho humano em “mercadoria”. A consequência dessa atribuição, têm resultado na alienação dos trabalhadores, transformando-os em meros instrumentos a serviço dos interesses das empresas. De acordo com a *Rerum Novarum* (RN), primeira encíclica da Doutrina Social da Igreja, “os trabalhadores, isolados e sem defesa, estão entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça de uma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal... Um pequeno número de ricos e opulentos impõe assim um jugo quase servil à imensa multidão dos proletários” (RN, n. 1c).

Os grupos sociais que residem nos territórios onde há a presença de extração mineral, estão suscetíveis a diferentes tipos de processos que os colocam em uma situação de risco e vulnerabilidade. Essa realidade não diz respeito apenas aos trabalhadores da mineração, mas, a todos os indivíduos que habitam essas localidades. A América Latina contabiliza vários casos de tragédias ambientais e humanas oriundas da mineração. Os casos mais recentes foram ocasionados em dois municípios do Estado de Minas Gerais, Brasil, sendo a tragédia de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). Desde o ocorrido, as comunidades afetadas por esses dois eventos catastróficos se viram submersas a uma sequência de violação de direitos por parte dos empreendimentos responsáveis por ambos desastres.

Zhourri *et al.* (2016) salienta que as violações de direitos submetidas a populações residentes em regiões atingidas por desastres produzidos pela mineração, envolve desde a destruição de bens materiais como também a exposição a riscos de saúde física e psicológica causadas pela instabilidade emocional decorrente do cenário de insegurança que essas pessoas vivem. “As controvérsias sociotécnicas, as desgastantes idas e vindas de determinações jurídicas, a instauração de uma rotina completamente diferente da que estas pessoas estavam acostumadas a vivenciar se configuram como fator de aflição e de intensa violação de direitos” (Zhourri *et al.*, 2016, p. 12).

As violações de direitos impostas sobre as populações afetadas por tragédias desencadeadas pela mineração, não ocorre apenas no ato dos desastres sociotécnicos (Zhourri *et al.*, 2016) mas, de forma processual afetando os modos de “ser e existir” dos grupos sociais em

suas práticas cotidianas. Com base nessa realidade, diferentes grupos, coletivos e movimentos sociais estão buscando através de iniciativas pontuais criar modelos econômicos alternativos à mineração, como forma de superar a minério-dependência, e também fomentar o protagonismo e autonomia das comunidades frente a geração de emprego e renda, buscando a transformação social dos territórios.

2.2 O reacender econômico dos territórios a partir da luta por autonomia, protagonismo e centralidade

Uma das características do capitalismo neoliberal é o controle sobre os agentes sociais, onde a lógica humanista é deixada de lado e o sujeito passa a ser visualizado como mecanismo de exploração do sistema econômico. Entretanto, é possível visualizar horizontes para uma economia democrática e participativa, baseada nos preceitos e anseios das populações localizadas na base do sistema. As iniciativas em busca de economias democráticas originadas no seio das comunidades, é fruto de uma caminhada de luta por parte desses grupos sociais. Santos (2019) define as lutas sociais de populações marginalizadas como um fenômeno de produção de conhecimento, pois é estando inseridos na “luta” que esses atores tomam consciência das suas potencialidades. “Os conhecimentos nascidos nas lutas são o reflexo da ação e, ao mesmo tempo, constituem uma reflexão sobre a própria ação. Entre muitas outras facetas, esse reflexo-com-reflexão torna possível uma visão complexa do presente histórico da qual surge uma compreensão mais profunda do estado presente de uma dada luta” (Santos, 2019, p. 195).

Os conhecimentos que nascem nas lutas sociais desencadeadas por sujeitos em situação de vulnerabilidade socioespacial, são entendidos dentro da abordagem de Santos (2019) como “saberes artesanais”. Esses conhecimentos são ressignificados, e reinventados durante os processos de mobilização das lutas. Através desses conhecimentos, os atores inseridos no contexto de luta deixam de serem meros objetos dotados de saberes historicamente marginalizados, e passam a ocupar a posição de protagonistas das etapas que envolvem a luta por seus direitos. É sob esse viés que tem se consolidado os movimentos de luta por um novo arranjo econômico nos territórios com mineração por parte das comunidades locais, uma vez que seus saberes e potencialidades foram silenciados durante anos por mecanismos hegemônicos de poder.

O Papa Francisco nos alerta para o cumprimento de uma economia que nasce nos territórios “uma nova economia (...) hoje pode e deve ser uma economia amiga da terra e uma

economia de paz. Trata-se de transformar uma economia que mata numa economia da vida, em todas as suas dimensões” (Francisco, 2015b, p. 106). Santos (2004), argumenta que “o nosso tempo é um tempo paradoxal”. Se por um lado temos os instrumentos necessários para que haja igualdade, solidariedade, liberdade e paz, o fato é que essas verdades nunca estiveram tão longe de serem reais, ao analisarmos as diferentes realidades sociais. Os tempos atuais são bastante preocupantes, pois as lacunas existentes entre os pobres e marginalizados e os poderosos é abismal. Os agentes detentores do capital veem os seus capitais aumentar do dia para a noite, à custa, muitas das vezes, de assalariados mal pagos e/ou em condições de trabalho pouco ou nada dignificantes para a espécie humana.

Nas comunidades localizadas em territórios demarcados pela mineração, os grupos sociais estão criando modelos solidários e inclusivos para a geração de emprego e renda, no intuito de colocar em evidência que a mineração não é a única alternativa econômica nestes espaços. Um exemplo é o das comunidades indígenas e quilombolas, na qual a economia desenvolvida em seus territórios é alicerçada aos princípios da solidariedade e reciprocidade. O modelo econômico solidário foi criado por operários no século XX, período em que o capitalismo se encontrava em sua fase inicial. Tal modelo foi criado como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão desregulamentada das máquinas no setor industrial. Em contrapartida, os negócios solidários negam a separação entre trabalho e posse dos meios de produção (Singer, 2004).

Neste sentido, temos que: a) a economia solidária está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal; b) rejeita as velhas práticas da competição e da maximização do lucro individual; c) contrária à proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais; d) confronta-se contra o princípio de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os actores sociais; e) confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz ao pressuposto de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital; f) é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa na gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número crescente de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista (Silva; Reis, 2008, p. 6)

Singer (2004) salienta que a economia solidária surge como uma estratégia para um novo formato econômico que visa a inclusão e a solidariedade, uma vez que todos os envolvidos

no processo saem beneficiados dos resultados econômicos, sociais, políticos e culturais que esse modelo gera. No caso dos grupos sociais inseridos em contexto de mineração, sobretudo os povos originários, seus negócios solidários funcionam através da agricultura familiar, artesanato, e outros, sendo que suas múltiplas funcionalidades constituem uma importante alternativa à vulnerabilidade social e ambiental vivenciadas por esses sujeitos. A agricultura familiar, por exemplo, proporciona melhores níveis de renda e propicia a realização de atividades agrícolas com viés agroecológico, políticos e culturais, na produção de alimentos que proporcionam a segurança alimentar de diversas famílias. Uma das vantagens dos modelos agroecológicos diz respeito também ao cuidado com a casa comum, em defesa da conservação dos territórios, dos agroecossistemas, da paisagem e da biodiversidade (Silva *et al* . 2017).

Diante de todas as possibilidades apresentadas pela economia solidária nos territórios dependentes economicamente da mineração, destaca-se o resgate da cultura da autogestão e de espaços coletivos através do trabalho associado a capacidade de inserção dos grupos sociais nas atividades produtivas em forma de coletivos, na busca por autonomia, emancipação e cidadania com o intuito de fomentar a participação da população engajada nos processos decisórios dentro e fora dos empreendimentos solidários, sempre em busca do fortalecimento dos laços comunitários e manutenção dos territórios passíveis de exploração mineral.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, embasada em uma abordagem interpretativa e crítica. Como este estudo se trata de uma pesquisa de caráter social, desenvolvida no seio da comunidade, Denzin e Lincoln (2006) salientam que pesquisas qualitativas de cunho social podem ser entendidas como uma práxis que visa a compreensão, a interpretação e a explicação de um conjunto delimitado de acontecimentos que é a resultante de múltiplas interações, dialeticamente consensuais e conflitivas, dos indivíduos, ou seja, os fenômenos sociais.

Quanto à natureza interpretativa, a mesma deve ser entendida no sentido de compreender os fenômenos existentes no campo de pesquisa a partir dos diferentes valores e significados que os atores sociais empregam a eles (Pozzebon; Petrini, 2013), e crítica por compreender que a realidade social é constituída historicamente, com base nas estruturas de interação e dominação que são empregadas pelas pessoas em suas práticas sociais, dentro do contexto em que se encontram inseridas. “Tais contextos são geralmente marcados por conflitos, oposições e incompatibilidades existentes na sociedade contemporânea. A pesquisa

crítica busca, portanto, ser emancipatória, buscando eliminar as causas da alienação e da dominação” (Pozzebon; Petrini, 2013, p. 3).

Desse modo, o estudo desenvolvido junto à comunidade quilombola de Ribeirão em Brumadinho/Minas Gerais, adotou como método de pesquisa a história oral. Alberti (1990) define a história oral como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que valoriza a realização de encontros presenciais, nos quais os atores que compreendem a realidade investigada elaborem, e exponham suas visões de mundo e acontecimentos históricos e conjunturas sociais a partir de suas vivências. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram, colocando em evidência as diferentes vozes que compõem a dinâmica do campo social.

Para garantir o acesso às diferentes narrativas existentes no campo investigado, foram adotadas ferramentas metodológicas para auxiliar no processo de produção de dados da pesquisa. Contudo foram desenvolvidas rodas de conversas, oficinas de cartografias, diagnósticos rápidos participativos (DRP's) e construção de diários de campo. O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) é uma técnica que consiste em um trabalho de abordagem das demandas advindas de comunidades ou grupos sociais, na qual é feito um levantamento sobre as mesmas, observando os pontos que podem ser melhorados na comunidade a partir do protagonismo dos atores locais.

A primeira fase da produção de dados da pesquisa ocorreu no ano de 2021 a partir do contato estabelecido com as lideranças comunitárias do quilombo de Ribeirão. Na ocasião foi agendada uma visita à comunidade, realizada no dia 19 de junho (sábado) de 2021, no dia estavam presentes 16 moradores da comunidade. Nesse primeiro encontro com os moradores do quilombo, estiveram presentes os principais líderes comunitários de Ribeirão. As demais etapas ocorreram no ano de 2022, onde ocorreram oficinas de Cartografia Social, e rodas de conversa sobre as histórias do quilombo.

Enquanto os quilombolas iam narrando suas histórias, estavam sendo escritos diários de campo, para auxiliar na captura das informações que foram sendo ditas oralmente pelos sujeitos, e não constavam nos mapas. Logo, este foi outro instrumento utilizado durante a pesquisa. Nos diários foram registrados todo o processo de desenvolvimento da pesquisa não só durante as visitas a campo, mas também dos contatos via ligações e *WhatsApp*.

Barros e Passos (2007) argumentam que o desenvolvimento da pesquisa deve ser sempre acompanhado por registros de todo o percurso, desde aquilo que é investigado quanto à prática do pesquisar. Os diários serviram para descrever todo o processo de desenvolvimento

da pesquisa, não apenas do ponto de vista do pesquisador, mas de forma realista a partir da realidade a qual o mesmo estava inserido. Os textos diaristas são libertos da pretensão do conhecimento definitivo e da representação de objetos, pois, uma vez que nos propomos a habitar um plano comum (Alvarez; Passos, 2009) o percurso se desenvolve a partir das experiências estabelecidas com os sujeitos pertencentes ao campo pesquisado.

Ao longo do desenvolvimento do estudo, foram realizadas visitas frequentes à comunidade quilombola de Ribeirão. O método deste estudo nasceu em um destes encontros com os quilombolas, onde os mesmos argumentaram sobre a necessidade de desenvolver um documento que fizesse o resgate da memória local do quilombo, pois eles acreditam que essas histórias e memórias são fundamentais para fortalecer as relações afetivas atuais, bem como o sentimento de pertencimento da nova geração do quilombo. “História e memória criam e abrigam uma força mágica do passado. Essa magia torna-se mais sedutora quando se contam os mitos de fundação, e o passado ancestral de um povo” (Evaristo, 2021, p. 26).

Sob o ponto de vista dos moradores mais antigos da comunidade, a continuidade das práticas culturais e permanência do quilombo só será possibilitada pela força da memória coletiva, que, mesmo apagada (por forças hegemônicas) permite ao povo negro a manutenção de um patrimônio simbólico herdado de geração a geração que garante a existência dos territórios quilombolas. Para tanto, foram propostas rodas de conversa na comunidade quilombola, com o objetivo de criar um espaço de diálogo e resgate das histórias mais antigas do quilombo. As lideranças comunitárias do quilombo de Ribeirão ficaram responsáveis por agendar as datas para a realização dessas atividades, e também por convidar os moradores de Ribeirão que conheciam a história do lugar independente de se autodefinirem quilombola ou não. Ao organizar essa atividade, as lideranças do quilombo frisaram sobre a importância de fazer o registro desses momentos, pois, no futuro, eles querem desenvolver um documentário sobre os modos de vida do quilombo de Ribeirão.

Freire (1997) afirma que o ato de sentar em círculo com as pessoas tende a potencializar a (re)construção dos conhecimentos a partir da interação com os interlocutores. A escolha das rodas de conversa como ferramenta para a manifestação das narrativas orais dos quilombolas cumpriu o papel de nos possibilitar ter acesso às histórias que compreendem a formação do quilombo, bem como modos atuais de resistência para manter viva a ancestralidade de um povo. Além de proporcionar o acesso a essas informações, as rodas de conversas possibilitaram aos quilombolas momentos de interação e fortalecimento dos laços comunitários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A comunidade Quilombola de Ribeirão

A história do quilombo de Ribeirão em Brumadinho remonta o contexto histórico das comunidades quilombolas do Estado de Minas Gerais, caracterizadas pelo seu histórico de luta e resistência frente à manutenção de seus direitos e territórios constantemente ameaçados. Os espaços compreendidos pelas comunidades quilombolas são organizações formadas em decorrência da própria força das condições objetivas e materiais da sociedade brasileira, que subdivide a população em raça, classe e etnia, colocando esses atores em territórios muitas vezes distantes de serviços públicos e à margem da sociedade (Leite, 2010; Almeida, 2011).

Não há registros e documentos disponíveis sobre a história da comunidade quilombola de Ribeirão, mas existe o registro de como se deu o processo de certificação da comunidade enquanto remanescente de quilombo. Todos os fatos históricos existentes antes dessa certificação são fruto das narrativas de tradição oral do quilombo que são passados de geração a geração. Tais histórias são constituídas a partir do que é “vivido” e “experenciado” cotidianamente pelos quilombolas, principalmente os mais velhos da comunidade que carregam consigo um arsenal de histórias do passado.

O quilombo de Ribeirão, foi formado a partir do aquilombamento dos negros que fugiram das fazendas localizadas ao redor do território, que hoje compreendem a comunidade quilombola. Ao total são três fazendas que fazem divisa com o espaço ao qual a comunidade encontra-se inserida, sendo a fazenda dos Martins, da família Braga e dos Maias. Antigamente o nome do quilombo era “Ponte de Pedra” devido a ponte que dava acesso ao território e a outras terras vizinhas do território. O mesmo passou a ser denominado por Ribeirão em função do rio que margeia a comunidade. O Ribeirão era tanto fonte de água que abastecia a comunidade, como também um local onde as mulheres lavavam roupas, enquanto cantavam. Seu João do Ponto, também chamado de João Delfino, foi o primeiro morador a chegar ao território em que hoje está inserida a comunidade. O mesmo adquiriu essas terras individualmente, sendo então considerado o fundador da comunidade.

Com base nas histórias contadas pelos moradores de Ribeirão, João Delfino escolheu essas terras onde hoje está localizado o quilombo em decorrência do relevo. O mesmo é caracterizado como um fundo de vale, e durante o período de escravidão ainda vigente na região do Vale do Paraopeba, as pessoas escravizadas que recebiam sua liberdade ou fugiam das fazendas, se escondiam ou estabeleciam suas moradias nessas regiões, pois era mais difícil o

acesso por parte dos fazendeiros e seus mandantes. A fuga na época da escravidão constituiu uma atitude, por parte do sujeito escravizado, de negação a reificação que o sistema impõe a ele, ao expressar, por um ato de vontade, a sua humanidade (Moura, 2001).

O único documento existente que faz referência ao processo histórico do quilombo é o registro da Fundação Cultural Palmares (FCP), que relata o passo a passo de como se deu o processo de certificação da comunidade enquanto remanescente de quilombo no ano de 2010. Só existem comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas em Brumadinho, devido à expansão da mineração na região de São José do Paraopeba, onde essas comunidades negras estão situadas há décadas.

Como forma de impedir o avanço dos empreendimentos minerários nessa região, uma vereadora com mandato em vigência nessa época, foi a responsável por articular com as comunidades e a Fundação Cultural Palmares (FCP) sobre os procedimentos necessários para a certificação das comunidades de Ribeirão, Rodrigues, Marinhos e Sapé. Uma vez certificadas, a mineradora não poderia avançar sua área de exploração minerária para essas localidades. Em Ribeirão, houve convocação para uma “Assembleia de Auto Reconhecimento” na comunidade no dia 27 de junho do ano de 2010, com o objetivo de colher as assinaturas de todos os moradores que se autodefiniam como quilombolas, para dar andamento no processo de certificação da comunidade.

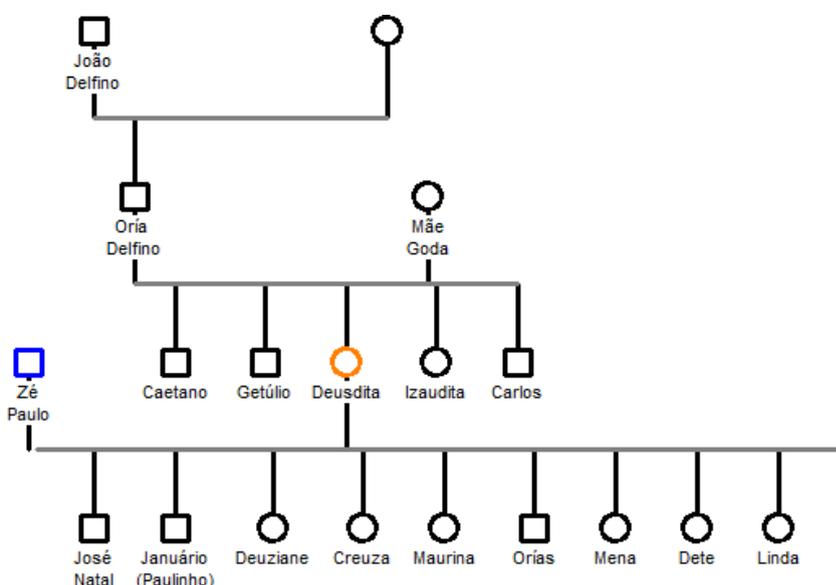
Na ATA desse encontro, disponibilizada pela FCP constam os dados referentes a essa assembleia. A mesma ocorreu na Igreja Nossa Senhora Aparecida, e foi conduzida pela parlamentar responsável por promover essa ação entre as comunidades quilombolas de Brumadinho. No primeiro momento, foi questionado a comunidade se eles estavam cientes da importância desse auto reconhecimento e certificação como fortalecimento da identidade dos mesmos e também para a manutenção de seu território, uma vez que a comunidade guardava tradições históricas e culturais que eram repassadas de pai para filho, tais como: a folia de reis; festa do dia da consciência negra; celebração em honra a Nossa Senhora Aparecida e outras celebrações.

Ressalta-se que, ainda nesse primeiro momento, foi perguntado se havia algum morador da comunidade contrário à autodefinição, e nenhum morador se manifestou. Não havendo ninguém contrário, foi dado início ao segundo momento da reunião. O segundo momento dessa reunião consistiu na votação desse processo, alicerçada em duas propostas. Sendo a primeira “favoráveis ao auto reconhecimento” e a segunda, “contrários ao auto reconhecimento”. Na ocasião os moradores foram unânimes em aprovar a autodefinição, assim, todos os presentes na reunião votaram a favor, e não havendo nada mais a declarar, a ATA foi lavrada e a

assembleia foi finalizada. Esse foi o marco crucial que constituiu a certificação da comunidade de Ribeirão, em remanescente de quilombo.

Ainda sobre a história do quilombo, algo observado nas narrativas dos moradores durante as visitas a campo, diz respeito às relações conjugais, grande parte das pessoas mais velhas do quilombo se casaram com parentes de terceiro grau, residentes nas comunidades vizinhas. Um exemplo é o Vô Zé Paulo, pai das matriarcas que estão hoje na faixa dos seus 60 a 80 anos de idade, e avô da juventude que compreende o atual cenário da comunidade quilombola. O mesmo nasceu na comunidade quilombola do Sapé, quilombo vizinho ao Ribeirão, e casou-se com Deusdita, nascida em Ribeirão e neta de João Delfino.

Gráfico 1 – Árvore Genealógica



Fonte: Elaborado por Carolino, A.R. (2022).

A árvore genealógica acima é uma representação do esboço feito por algumas lideranças quilombolas que se lembram dos seus antepassados. Foi necessária a ajuda dos mais velhos nessa atividade, para encontrar os padrões de familiaridade no quilombo. A partir de João Delfino é possível identificar o padrão genealógico dos descendentes de Ribeirão. José Paulo e Deusdita são os pais das atuais matriarcas do quilombo, e avôs das lideranças comunitárias que tomam frente na resolução de demandas comunitárias atualmente. Grande parte dos encontros realizados no quilombo ao longo deste estudo ocorreram no quintal onde está localizada a casa da Vó Dita (Deusdita). A memória histórica e afetiva dos moradores de Ribeirão se concentra nos fatos que se desencadearam nesse seio familiar, o que configura a base da configuração histórica do quilombo de Ribeirão.

Sobre as relações conjugais no quilombo de Ribeirão, foi possível identificar que as

peessoas mais velhas, nascidas por volta da década de 1940 a 1950 se casaram com pessoas do próprio território. Em geral, eles se casavam com parentes de terceiro grau, em sua maioria primos que moravam em quilombos vizinhos. Esses sujeitos se conheciam nas rezas, bailes e demais momentos coletivos que aconteciam com frequência nas comunidades.

Antigamente a gente casava era com o povo daqui da roça mesmo. Como a gente não saía né? A gente se virava por aqui mesmo (risos). Nós ia pros baile, aí tirava a meninas para dançar e lascava um beijo no escuro. Porque o baile era na alpendre e não tinha luz naquela época. O pai das moças andava no meio dos casalzinho dançando com uma lamparina acesa para vigiar a gente. Ô época boa (risos), essa moçada de hoje em dia não sabe o que é isso não (Ércio, Quilombola).

Com base na narrativa acima é possível constatar que o fato dos moradores de Ribeirão não terem conhecido pessoas de fora propiciou que os mesmos estabelecessem suas relações conjugais ali mesmo nas redondezas do território. Algo que se modifica a partir do momento em que a estação ferroviária de Marinhos (quilombo vizinho) é inaugurada, a partir de então todos os moradores da região de São José do Paraopeba passam a utilizar desse meio de transporte para acessar a sede do município de Brumadinho, e em seguida embarcar para Belo Horizonte.

Além desses aspectos conjugais, um dos marcos na história da comunidade de Ribeirão, quando a mesma ainda nem era certificada enquanto quilombo, foi à construção da igreja no ano de 1981. Nesse período os moradores de Ribeirão trouxeram através do carro de boi uma pedra, pois a igreja seria inaugurada em cima dessa pedra.

Nessa época era 1981 e a comunidade toda, nós né, fomos lá Marinhos buscar a pedra para construir a igreja. Quando chegou aqui o Padre Paulo deu a bênção em cima da pedra. Porque a primeira missa foi celebrada lá no alto nessa pedra onde seria construída a igreja. Nós ainda não sabíamos, que a igreja ia ser aqui embaixo na entrada. Então a primeira missa com o Padre Paulo foi lá perto da casa da comadre Zulmira (Toninho. Morador de Ribeirão).

De acordo com os moradores mais antigos do quilombo, a construção da igreja católica de Nossa Senhora Aparecida tem um marco simbólico na história da comunidade de Ribeirão, pois grande parte das festividades e manifestações culturais existentes no território se deram a partir da instalação da igreja. Meslin (2014) salienta que a religiosidade para grupos populares é fruto de uma tradição que é transmitida de geração a geração com base nas crenças existentes em um dado lugar. A religiosidade na comunidade quilombola de Ribeirão, está relacionada à memória coletiva, pois ela define na consciência do grupo a fé vivida pelo povo, e suas respectivas manifestações.

Após a inauguração da igreja, todo ano no mês de outubro tem a festa da padroeira. É a principal festa tradicional da comunidade. Nesse dia tem a cavalgada e depois a

missa. Quando a missa acaba, geralmente o pessoal reúne ali onde é o campinho para fazer festa, com muita música e comida. É uma festa linda, que existe desde o início da comunidade (Fabiana. Presidenta da Associação Quilombola).

Nas visitas de campo realizadas no quilombo de Ribeirão, foi possível identificar uma imagem de Nossa Senhora na entrada de cada casa do quilombo. Segundo Bourdieu (2007) as práticas religiosas instituem um complexo estruturado pelas concepções de mundo, de modo que o conjunto de valores projetados na “compreensão terrena” possa direcionar e modelar o meio social, além de atribuir-lhe significados. Dessa maneira, esse conjunto de valores torna-se necessário para a concretização de fatos sociais em seus mais variados aspectos. Assim, em Ribeirão as práticas do catolicismo são evidentes em decorrência desse passado histórico marcado pela criação da igreja e todo significado atribuído a ela.

Aqui no quilombo vocês vão observar que a maioria das casas tem a imagem de Nossa Senhora na entrada. Isso porque ela vai abençoar a pessoa na entrada, e depois na saída. Nós aprendeu isso com a mãe ao longo dos anos (Janaína. Mulher quilombola).

Desde novo, nós era ensinado a ir para as rezas com os nossos pais. Direto nós ia rezar o terço lá pro lado do Colégio, Sapé, Marinhos. E não tinha luz naquela época então a gente ia com um pedaço de pau na mão caso aparecesse bicho, e ia uma pessoa na frente com a lamparina acesa. A gente ia e voltava contando histórias (Ércio, Quilombola).

São poucos os registros históricos e documentos factíveis que contenham de forma materializada a história da comunidade quilombola de Ribeirão. Foi em decorrência disso que estão sendo desenvolvidas rodas de conversa na comunidade com o objetivo de capturar a narrativa dos mais velhos (assim chamados) da comunidade, enquanto ainda estão em vida, pois através dessas narrativas orais é que teremos acesso a mais informações acerca do contexto histórico do Quilombo de Ribeirão. Estudar a comunidade quilombola de Ribeirão é fazer uma viagem e se aventurar nas narrativas dos atores locais, pois, é através da tradição oral que são preservados os saberes dos seus antepassados. Essas falas são transmitidas de uma geração para outra, e é assim que chegam aos dias atuais.

4.2 (Re)existências econômicas e ressignificação do território quilombola a partir de ações coletivas no quilombo de Ribeirão – Brumadinho, Minas Gerais

Durante as rodas de conversa com os moradores do quilombo, as vozes femininas sempre estiveram em evidência, uma vez que as mulheres são maioria na comunidade e também prezam por este espaço de protagonismo e centralidade nos papéis de liderança comunitária. A

iniciativa mais recente dessas mulheres foi a criação do coral “Pérolas Negras”. O canto é algo simbólico e de extrema importância no quilombo de Ribeirão. É comum chegarmos ao território e já ouvir as matriarcas em seus quintais, ecoando cânticos ancestrais, sambas, e músicas religiosas. Tia Maurina, uma das matriarcas de Ribeirão, conta que através da música ela conseguiu curar muitas enfermidades físicas e emocionais. Além de cantar, a tia Maurina também é compositora e escreve poesias.

Menina, a música para mim é algo terapêutico. Eu sento ali na alpendre da casa de mãe, e vou escrevendo os versos. Transformo as poesias em música. É gostoso demais. Eu canto lá no asilo do centro de Brumadinho, aqueles velhinhos são os meus amores. Mas agora com a pandemia não está tendo mais os momentos de música com eles, então vai fazer quase dois anos que não os vejo. Isso está me dando uma tristeza (Maurina, Matriarca quilombola).

Durante a pandemia muitas atividades culturais do quilombo tiveram que ser interrompidas. Porém, o Batucabrum, que é uma organização da sociedade civil de Brumadinho cujo foco é promover a cultura e a transformação social do território através da música, oferece aulas gratuitas de violão e canto para grande parte das comunidades rurais do território, incluindo as da zona rural do município onde estão localizados os quilombos. Em Ribeirão, as aulas acontecem na sede da associação de moradores, e quando este espaço não está disponível, elas são realizadas no terreiro da Vó Dita. Além das aulas de canto, os professores do Batucabrum também dão aulas de violão para todos os moradores de Ribeirão, independente da faixa etária.

Na comunidade quilombola de Ribeirão as aulas ocorrem duas vezes na semana no período da noite, possibilitando a participação dos moradores que trabalham fora e retornam ao quilombo apenas ao final do dia. As ações do projeto Batucabrum, serviram de incentivo para as mulheres do quilombo colocar em prática a ideia do coral Pérolas Negras. Janaína, mulher quilombola de Ribeirão, e idealizadora do coral, relatou sobre a importância dessa iniciativa para as mulheres quilombolas como forma de colocar em evidência as suas potencialidades e ao mesmo tempo reafirmar a beleza da mulher quilombola.

O coral Pérolas Negras foi criado com uma simples apresentação que a gente quis fazer. A gente fez uma primeira apresentação com o nome **As Mulheres do Quilombo**. Aí depois veio na minha cabeça criar um grupo de música, que foi criado por mim, a Larissa e a Milena, que chamava **Mulheres Jovens Quilombolas da Comunidade de Ribeirão**. Então, a gente formou um grupo para apresentar em apresentações em dia de festa da consciência negra. Esse grupo é um grupo até grande, que é um grupo formado de mulheres, mas tem alguns homens que tocam. Então, hoje em dia esse grupo se tornou, como a gente tem o Coral Batucabrum, um grupo só, porque incluiu todo mundo. São as integrantes do Pérola Negra e as integrantes do Canto Coral Batucabrum (Janaína, Mulher quilombola).

De acordo com Janaína, o fato do projeto Batucabrum estar inserido na comunidade

serviu de incentivo para as mulheres alavancar o coral. Isso porque os professores têm dado suporte a elas em termos de técnicas vocais, e as apresentações culturais promovidas pelo projeto em outras cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte possibilitando a divulgação do canto coral Batucabrum. Antes do projeto, quem auxiliava as mulheres do quilombo no coral eram os homens do quilombo que tocavam instrumentos musicais, porém nem sempre eles tinham disponibilidade para acompanhar os ensaios e as apresentações.

E esse grupo é um grupo que a gente canta vários tipos de música, pagode, sertanejo, samba, mistura de axé, um forró. Então é um grupo que a gente leva de tudo um pouco. E a gente deu esse nome, Pérolas Negras, porque nós somos mulheres negras. Nós somos lindas, nós somos belas, nós somos mulheres batalhadoras, guerreiras, que a gente vem de um quilombo, que a gente tem que trabalhar. Então como nós somos mulheres bonitas, eu criei um grupo chamado Pérolas Negras. Com a parceria com o Batuca, virou “Coral Batucabrum Pérolas Negras”, porque nós somos mulheres lindas, nós somos pérolas, que abrihantamos todos os lugares onde chegamos e onde nos apresentamos. Nós somos pérolas que chegamos para brilhar e somos pessoas que nós sabemos entrar e sair de todos os locais. Então criamos o grupo chamado Coral Pérola Negra Batucabrum, Mulheres que nasceram para brilhar (Janaina, Mulher quilombola).

O Pérolas Negras tornou-se uma motivação para as mulheres do quilombo de Ribeirão, uma vez que é uma atividade que envolve toda a comunidade, desde a escolha e confecção das roupas que serão usadas por elas, até a construção do repertório junto aos músicos do Batucabrum. Vale ressaltar que esse projeto contribuiu para a manutenção das atividades artísticas na comunidade de Ribeirão, sendo que o canto é uma herança dos antepassados que viviam no quilombo. Outro ponto a ser destacado é que, esse não é um grupo composto apenas pelas mulheres mais velhas, mas, também pelas adolescentes do quilombo. Desde a criação do coral, o grupo tem participado de várias apresentações em eventos do município de Brumadinho, e também cidades vizinhas.

Além do coral Pérolas Negras, a Associação do Quilombo de Ribeirão conseguiu por meio de editais destinados ao fomento da geração de emprego e renda em comunidades rurais, um curso voltado para a confecção de painéis de barro, pois ao aprender essa técnica as mulheres do quilombo poderiam customizá-las com as pinturas desenvolvidas por elas e comercializar, nas feiras da região, ou quando turistas vão a comunidade visitar o território.

As mulheres do quilombo agora vão participar das oficinas de confecção de painéis de barro. Era o sonho nosso aqui aprender essas coisas, para a gente ter né, mas também para adaptarmos com a cara do quilombo e utilizar também como fonte de renda para a comunidade. Porque aí a gente colocando nossos símbolos, fazendo a coisa bem característica do nosso quilombo, podem levar para fora e vender para quem valoriza esse tipo de trabalho manual (Fabiana, Presidenta da Associação do Quilombo de Ribeirão).

Atualmente, em decorrência do processo de reparação integral pelo rompimento da

barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, a empresa responsável pela tragédia-crime está fomentando alguns editais para execução de projetos que contemplem iniciativas das comunidades quilombolas da região de Brumadinho. Um desses editais diz respeito a uma proposta de turismo de base comunitária. Por ser um anseio antigo da comunidade quilombola de Ribeirão, desenvolver ações nesse sentido, as lideranças comunitárias escreveram um projeto e submeteram a esse edital. O mesmo foi aprovado em 2021, e tem como nome “Veredas”, projeto orientado para desenvolver o turismo de base comunitária na zona rural da região do Vale do Paraopeba, com ênfase no município de Brumadinho.

Os representantes do projeto “Veredas” em parceria com a Rede Terra têm realizado visitas a comunidade, no intuito de orientar os moradores do quilombo sobre a execução do projeto. Através das narrativas das lideranças quilombolas, deu a entender que todo o processo de agendamento das visitas à comunidade, serão efetivadas no site da Rede Terra e não diretamente pela comunidade.

O pessoal do Veredas e da Rede Terra estão vindo aqui na comunidade dar mentorias para a gente. Tipo, para quando os turistas vir a gente expor nosso artesanato, preparar uma comida típica, fazer uma apresentação musical. Aí de todo modo, vai ser bacana porque os visitantes vão dormir nas casas aqui da comunidade. Para ninguém sair prejudicado, nós vamos fazer um planejamento para ter um rodízio né?! Cada vez que for vir alguém, fica na casa de um morador quilombola. Tomara que esses projetos dêem certo mesmo, porque aí as meninas (jovens) aqui da comunidade não precisam ficar saindo para fora, para trabalhar em casa de família, se matando de trabalhar e voltando pra cá só na sexta-feira para o passar o final de semana. Porque quando começar a engatilhar, temos esperança de isso ajudar de alguma forma o pessoal daqui (Fabiana, Presidenta da Associação do Quilombo de Ribeirão).

Ainda, durante as conversas com a comunidade, a presidenta da Associação Quilombola afirmou que está tendo algumas “vivências” na comunidade, onde os turistas passam o dia e/ou final de semana no quilombo e usufruem das atividades artísticas e da culinária local. O projeto ainda não se efetivou, justamente por estar em etapa de avaliação. Entretanto, a comunidade já está se organizando para criar um mapeamento coletivo para selecionar as áreas do quilombo que devem entrar no roteiro de visita. O critério utilizado pelos quilombolas é priorizar os locais que carregam consigo momentos históricos vivenciados pelos atores sociais que compreende o cotidiano da comunidade.

Como mencionado em capítulos anteriores, às questões envolvendo emprego e renda no quilombo é um dos objetivos da comunidade. Com base nisso, o turismo de base comunitária poderá oferecer subsídio no sentido de que o protagonismo e o empoderamento do quilombo poderão gerar autonomia e autoconfiança para a gestão do turismo e do território de modo geral, onde os modos de vida e a organização social do grupo podem gerar experiências apreciáveis aos visitantes. Para além das iniciativas relacionadas à geração de emprego e renda na

comunidade, algumas lideranças comunitárias do quilombo estão empenhadas em montar uma biblioteca comunitária que contenha principalmente literatura afro-brasileira, com foco também em livros infantis para que as crianças do quilombo reconheçam desde cedo a história de seus ancestrais de maneira lúdica e didática.

Nós estamos arrecadando livros de literatura afro-brasileira para construir nossa biblioteca comunitária. Já temos uma quantidade grande de doações que recebemos através de uma ONG. No futuro, vamos organizar mais iniciativas de arrecadação via associação do quilombo, para comprar materiais e construir uma sede física dessa biblioteca. Eu e mais um grupo aqui da comunidade, acreditamos que por meio da leitura e de ações educativas iremos criar um coletivo mais consciente dos direitos quilombolas, e aí essa nova geração já vai crescer sabendo reivindicar né os nossos direitos, e não vão aceitar qualquer discriminação ou preconceito contra nós (Olizia, Mulher e liderança quilombola).

A proposta da biblioteca comunitária é algo muito enriquecedor para a comunidade quilombola de Ribeirão, isso porque irá propiciar o acesso à leitura por parte da comunidade auxiliando na consciência crítica desses sujeitos. Freire (1987), chama atenção que o acesso à leitura é algo imprescindível na vida dos sujeitos, principalmente aqueles situados em contexto histórico de exclusão e opressão. A base nacional comum curricular (BNCC), reproduz um lado da história que não condiz com a realidade, principalmente quando tratamos da trajetória de vida da população afrodescendente no país. Para as crianças de Ribeirão, o acesso a literatura afro brasileira irá contribuir de maneira significativa na formação destes sujeitos, uma vez que nas escolas não há um aprofundamento sobre a verdadeira história do povo negro.

Todas as iniciativas que vêm sendo desenvolvidas no quilombo de Ribeirão desde a tragédia-crime no ano de 2019, demonstra o quanto os atores sociais que vivem no quilombo estão engajados em criar alternativas de emprego e renda, manutenção das atividades artísticas e culturais, como também a implementação de novas iniciativas que capturem o olhar daqueles que ainda não se sentem pertencentes a este espaço. Desse modo, é possível constatar que os quilombolas estão ressignificando o território, e a comunidade passa a ser vislumbrada não mais como um espaço permeado por vulnerabilidades, mas, sobretudo como um lugar de produção de conhecimentos, saberes, e resistências frente a diferentes ações que buscam manter o grupo quilombola em uma posição da marginalidade no município. Tais ações, contribuem significativamente para a condição de “ser, pertencer e existir” dentro do território de Ribeirão em Brumadinho, Minas Gerais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou delinear como ocorre o processo de organização social para a

geração de emprego e renda na comunidade quilombola de Ribeirão no pós tragédia-crime em decorrência do rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, Minas Gerais. A partir das experiências obtidas nos trabalhos de campo, foi possível identificar o potencial desses atores sociais na geração de iniciativas locais voltadas para a inclusão produtiva dos quilombolas.

Analisar a comunidade quilombola de Ribeirão, foi o mesmo que fazer uma viagem e se aventurar nas narrativas orais desses sujeitos, uma vez que, através da tradição oral é que são preservados os saberes dos seus ancestrais, e é com base nesses saberes que as lideranças atuais procuram estruturar a dinâmica organizacional do território, no intuito de preservar essa herança histórica. A não preservação dessa cultura e ancestralidade, poderá ocasionar o esquecimento e a exclusão de registros importantes da identidade desse povo, que é o que os mantém na condição de afrodescendentes.

Esse resgate da história dos quilombolas a partir da oralidade do grupo foi de suma importância ao levarmos em consideração que a história oficial do nosso país silencia as vozes desses sujeitos, colocando-os em uma posição de subalternidade e a margem do sistema econômico, político e social. Visualizá-los nessas condições, os condicionam a uma imagem de culpados pela sua própria vulnerabilidade, alimentando uma ideologia hegemônica que normaliza as opressões, preconceitos, racismos e demais ações que fazem parte da rotina de uma sociedade constituída sob o mito da democracia racial (Schwarcz, 2012).

Assim, para os moradores do quilombo de Ribeirão, o resgate desse passado histórico os ajuda a pensar em um formato atual de organização social que os auxilie a mediar as mudanças da vida cotidiana, sem que a origem do grupo seja descartada. Quando grupos historicamente silenciados, como o caso dos quilombolas, desafiam as definições impostas por determinados grupos hegemônicos, as suas vivências, experiências de vida e lutas diárias, se tornam resistência, denunciando os meandros das desigualdades sobrepostas a elas que não são mero acaso, mas um projeto de dominação da colonialidade do ser e do saber (Quijano, 2005). Foi possível identificar que, esse resgate e a organização social do quilombo inicia no momento em que os moradores da comunidade que saíram deste lugar para trabalhar e/ou morar fora, retornam ao território para (re)estabelecer seus modos de vida ali naquele espaço. A tragédia-crime da VALE no território, contribuiu significativamente para o retorno dos moradores de Ribeirão, uma vez que eles teriam que participar de reuniões, e etapas do processo de reparação integral. Para tanto, os quilombolas se viram na necessidade de criar alternativas que gerassem valor econômico dentro do território, para que eles pudessem ter acesso ao dinheiro e ao mesmo tempo manter suas raízes na comunidade.

Por meio das narrativas quilombolas, constatou-se que o quilombo de Ribeirão tem sofrido muito assédio dos grupos responsáveis por fazer a mediação entre as comunidades rurais de Brumadinho, e as instituições encarregadas de realizar a reparação dos danos da tragédia. Com isso, essa população tem enfrentado um longo processo de violação de direitos ocasionadas pelo silenciamento do grupo durante as reuniões com as instâncias institucionais, bem como na participação desses sujeitos nas votações de projetos destinados à reparação integral dos danos da tragédia-crime. Esse cenário fomentou o senso de coletividade do grupo, e assim eles se viram na necessidade de se fortalecerem enquanto comunidade para conseguir resolver essas demandas.

Além disso, percebeu-se que os moradores do quilombo possuem um conhecimento territorial essencial para a resistência como povos tradicionais, além de conseguirem repassar tais valores a cada geração. Tal característica apresenta-se como força motriz para resistência e continuidade de tal população. A partir das experiências adquiridas nesta pesquisa, é possível afirmar que os quilombolas de Ribeirão possuem uma visão de mundo pautada na experiência de vida, valores e conhecimento, e isso é o que impulsiona o movimento de organização social do quilombo.

A luta por reconhecimento de direitos durante o processo de reparação, e também pela manutenção do território pelos moradores do quilombo de Ribeirão, favoreceu o fortalecimento do vínculo do quilombo de Ribeirão com as outras comunidades quilombolas de Brumadinho. Essa parceria entre comunidades, são necessárias e ora eficazes para o fortalecimento das lutas dos quilombolas. Essa forma de organização do grupo demanda não somente a resolução de demandas como solução para as injustiças sociais que sofreu e sofre ao longo da história, mas também o reconhecimento, que pressupõe sua valorização no plano simbólico, cultural, étnico dentro do contexto ao qual encontram-se inseridas.

Portanto, é possível afirmar que após se organizarem socialmente perante o direito ao processo de reparação dos danos do rompimento da barragem, os quilombolas de Ribeirão estão conseguindo obter aprovação em projetos orientados a implementação de turismo de base comunitária, oficinas de confecção de panelas artesanais, grupo musical e outros. Todas essas iniciativas propiciam o senso de pertencimento ao território bem como a valorização da identidade quilombola (Leite, 2000; 2008). Tomando consciência de suas potencialidades, o quilombo de Ribeirão resiste e ressignifica seu espaço vivido através da música, do artesanato, e demais manifestações culturais que auxiliam esses atores na manutenção desse território que é SAGRADO para a manutenção de seus modos de “ser e existir”.

REFERÊNCIAS

- Abranches, M. Política nacional de extensão universitária – 2012: identidade e diretriz para a prática extensionista no ensino superior brasileiro. *In: Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações*. João Gremmelmaier Candido e Luciane Duarte da Silva (org). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e de crescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.
- ALBERTI, V. (1990). **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto. *In: Carajas*: a guerra dos mapas. Maranhão, 1993.
- ALMEIDA, A. W. B. (2010). **Cadernos de debates Nova Cartografia Social**: Territórios quilombolas e conflitos / Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs).[et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições.
- ALVES, L. R. (2014). Estender-se comunicando: o caminho para a universidade que forma sujeitos (uma leitura freiriana). *In: Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações*. João Gremmelmaier Candido e Luciane Duarte da Silva (org). São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.
- COELHO, T. (2018). **Minério-dependência e alternativas em economias locais**. Versos – Textos para Discussão PoEMAS, vol. 1, n. 3.
- EVARISTO, C. (2021). Narrativas de (re)existência. *In: Narrativas de (re)existências: antirracismo, história e educação*. Amílcar Araújo Pereira (org). Campinas, SP. Editora da Unicamp. p.23-48.
- FRANCISCO, Papa. (2015). **Laudato Si'**: sobre o cuidado da Casa Comum. Roma, 24 maio 2015. Disponível em:
http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papafrancesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 7 dez. 2023.
- GASDA, E. E. (2017). ESSA ECONOMIA MATA (EG, 53): CRÍTICA TEOLÓGICA DO CAPITALISMO INVIÁVEL. **Perspectiva Teológica**, [S. l.], v. 49, n. 3, p. 573, 2017. DOI: 10.20911/21768757v49n3p573/.
- GROSGOUEL, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), p. 25–49.
- GUDYNAS, E. **Extractivismos**: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015.
- LEITE, I. B. (org.). (1991). **Terras e territórios de negros no Brasil**. Textos e Debates - NUER/UFSC, ano 1, n. 2.
- LEITE, I. B. (1999). **Quilombos e quilombolas**: cidadania ou folclorização?. Horizontes

antropológicos, v. 5, n. 10, p. 123-149.

LEITE, I. B. (2000). **Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas.** Etnográfica, vol. IV (2).

LEITE, I. B. (2008). O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, 3(16), p. 965-977.

LEITE, I. B. (2010). "Humanidades Insurgentes: Conflitos e Criminalização dos Quilombos". In: Alfredo Wagner Berno de Almeida (org.), **Territórios quilombolas e conflitos.** Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições.

MILANEZ, B. (2017). MINERAÇÃO, AMBIENTE E SOCIEDADE: impactos complexos, e simplificação da legislação. *POEMAS*.

PACHECO, T., J. P. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

POZZEBON, M.; M. de C. (2013). Critérios para Condução e Avaliação de Pesquisas Qualitativas de Natureza Crítico-Interpretativa. In: A. R. W Takahashi (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil.** (p. 51-72). São Paulo: Atlas.

QUIJANO, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*.

SANTOS, B. S. Metodologias pós-abissais: Descolonização cognitiva: uma introdução. In: **O Fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, cap. 6, p. 161-210, 2019.

SILVA, L. A. S. Reis S. I. Reis, (2008). **A economia solidária como base do desenvolvimento local.** *e-cadernos CES* [Online], 02.

SINGER, P (2004). "A recente ressurreição da economia solidária no Brasil", In: Boaventura de Sousa Santos (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Porto: Afrontamento, 71-107.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

ZHOURI, A., VALENCIO, N., OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M., LASCHEFSKI, K., A. F. (2016). O desastre da Samarco e a política da afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, 68(3), p. 36-40.